

O MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR DO NORDESTE UMA AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Maria Cleide Carlos Bernal ()*

RESUMO: O estudo aborda a agricultura de exportação que se implantou no Nordeste desde o período colonial até os dias atuais, não obstante os esforços realizados a nível institucional para reorientar o comércio exterior da Região. Apresenta uma visão sumária do comércio da Região com o resto do Mundo, destacando o seu desempenho favorável na década passada e até meados da atual, tecendo a seguir algumas considerações em torno do modelo agrícola que se consolidou no Nordeste, como consequência da especialização no comércio de matérias-primas. Fazendo um confronto com a agricultura de subsistência, mostra que a agricultura de exportação, apesar dos incentivos governamentais que vem recebendo por várias décadas, não cresceu no mesmo nível das lavouras de subsistência, nem se modernizou suficientemente para eliminar as distorções existentes no âmbito da estrutura de propriedade, mas, ao contrário, consolidou e aperfeiçoou o mecanismo de concentração de renda e de poder no âmbito da propriedade. Esse mecanismo interfere também nas relações de trabalho, eliminando as formas de parceria (responsável em grande parte pelo abastecimento do mercado interno) e ampliando os contratos de trabalho assalariado. Além disso, a absorção de emprego, durante todo o ano, tende a ser menos nas lavouras que se dedicam ao mercado externo. Da ênfase dada à agricultura de exportação decorre, assim, a insuficiência do abastecimento interno e possível encarecimento dos bens de primeira necessidade, ocasionado pelas crises de escassez tão frequentes na Região. Conclui, mostrando que a especialização do comércio com base em matérias-primas agrícolas tem possibilitado um acúmulo de divisas, que tem beneficiado muito mais o resto do País do que a própria Região. Este fato, por si só, justifica uma reorientação da produção agrícola, tendo em vista os mercados a que se destinam.

(*) A autora é técnica em Desenvolvimento Econômico e integra a equipe do Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste, do BNB.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Antes mesmo da existência de planos de desenvolvimento para o País, o Nordeste se impôs como região exportadora. O aparecimento da atividade açucareira deu-se ainda no período do Brasil colônia e desde o início deste século o cacau é explorado em bases comerciais, voltadas para o mercado externo.

Os diversos planos de desenvolvimento enfatizaram a necessidade de ampliação do excedente agrícola para ser comercializado no mercado mundial. Mas o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi bastante enfático ao propor a modernização da agricultura para que a mesma alcançasse condições de competitividade internacional. Com relação à distribuição e comercialização, o Plano elegeu como uma das suas estratégias, a construção de corredores de exportação e a modernização dos principais portos. Embora a primeira providência não tenha beneficiado a Região, vale considerar a construção do terminal açucareiro do porto de Recife como uma realização, objetivo do I PND.

Já as linhas básicas preconizadas para o Nordeste no II PND favorecem a implantação de um pólo industrial diversificado e, concomitantemente, a instituição de um programa especial de promoção de exportações, objetivando a expansão e reestruturação da pauta de exportações da Região, ainda bastante vulnerável devido à predominância de produtos primários em bruto ou com pequeno grau de elaboração.

O programa de promoção das exportações de manufaturados, entretanto, após oito anos de implementação, embora eficaz quanto aos objetivos traçados, não chegou a apresentar, a nível regional, o impacto desejado. Evidentemente, os resultados sofreram a influência de fatores exógenos, tais como a crise internacional que se abateu sobre as economias industriais do Ocidente a partir de 1973, afetando o sentimento protecionista, ainda em evidência nos dias atuais. Por outro lado, algumas indicações colhidas de fontes estatísticas e observações feitas a nível empresarial revelam que o empresariado nordestino, regra geral, ainda não se sensibilizou totalmente para assumir o mercado externo como um fim e não apenas como uma alternativa para as crises conjunturais do mercado interno.

Por esta razão, continuam liderando a pauta de exportação do Nordeste os dois produtos tradicionais — açúcar e cacau — cujas vendas externas ainda alcançam cerca de 55% do total. São, naturalmente, os dois produtos que têm proteção do Governo Federal, estando o açúcar a depender totalmente do controle do Instituto do Açúcar e do Alcool, desde 1933, que fixa cotas de produção e preços e se encarrega diretamente da comercialização externa. Já no caso do cacau, a ação governamental se faz através da Comissão Executiva do Plano de Expansão da

Lavoura Cacaueira (CEPLAC), cuja receita provém de uma cota de contribuição cambial. A CEPLAC é responsável por todo um programa técnico-financeiro de fomento à modernização e expansão da cultura, embora não exerça controle direto sobre a exportação, que é livre, com intervenções esporádicas da CACEX.

VISÃO SUMÁRIA DO COMÉRCIO EXTERIOR DO NORDESTE

O Nordeste é, por tradição, uma região exportadora. O saldo da balança de mercadorias da Região com o resto do mundo registrou sempre valores positivos, embora a partir de 1972 as importações venham crescendo mais rapidamente do que as exportações. Em 1974, o saldo registrado na balança comercial foi de US\$ 800 milhões, contra US\$ 162 milhões em 1960.

As exportações se compõem de cerca de 70% de produtos primários, sendo os produtos derivados da cana e do cacau responsáveis por mais de 60% da pauta. Os produtos açúcar, cacau, algodão, óleo de mamona, sisal, fumo, lagosta, melão, cera-de-carnaúba e castanha de caju chegaram a participar com 81% do total das vendas externas da Região, e estas, por sua vez, participam com a insignificante parcela de 0,16% da totalidade das exportações mundiais. Por ser um supridor marginal no mercado internacional, o Nordeste foi atingido por todas as crises conjunturais ocorridas no cenário da economia mundial que, quase sempre, resultam em oscilações apreciáveis nos preços dos produtos primários, a exemplo do que ocorreu nos anos recentes (1973-75).

Com efeito, o valor da receita cambial da Região tem sofrido drásticas oscilações ao longo das duas últimas décadas, como resultado das variações ocorridas nos preços externos. Os índices de quantum mostram que as exportações efetuadas em 1948 foram basicamente as mesmas registradas em 1956, como se vê na tabela 1. Da mesma forma, as vendas externas realizadas em 1960 (US\$ 248 milhões) foram semelhantes às de 1967, como mostram os índices de quantum. Por outro lado, entre os anos de 1973 e 1974, as exportações quase duplicaram de valor, passando de US\$ 545 milhões para US\$ 1.405 milhões. Dois anos depois (1976), estes valores caíram para US\$ 932 milhões, ou seja, cerca de 34%.

Comparando-se os coeficientes de exportação do Nordeste com os do País, verifica-se que, em geral, até 1971, os da Região eram estacionários, em torno de 7%, porém sempre superiores aos do Brasil. A partir daquele ano, entretanto, nota-se uma tendência ascensional daquele coeficiente, tendo em 1974 superado todos os níveis atingidos desde a década de 60 (cerca de 12%). Também em 1969 registrou-se um elevado coeficiente para as exportações do Nordeste, podendo-se ver que

TABELA 1
 ÍNDICES DE PREÇOS E DE QUANTUM DAS
 EXPORTAÇÕES DO NORDESTE - 1960-76
 BASE: 1960 = 100

Anos	Índices de Quantum	Índices de Preços	Coefficientes de Exportação
1960	100,0	100,0	—
1961	95,4	91,9	—
1962	96,6	92,0	—
1963	113,3	111,1	—
1964	98,6	102,2	—
1965	73,1	68,7	7,3
1966	92,6	89,9	7,8
1967	100,6	100,0	7,0
1968	113,3	111,0	6,5
1969	125,8	131,7	9,3
1970	119,5	113,8	7,7
1971	121,1	108,9	7,1
1972	151,3	125,5	8,2
1973	212,3	194,6	8,3
1974	408,0	357,0	12,2
1975	417,4	349,9	—
1976	276,9	275,2	—

FONTE: CACEX

Elaboração ETENE.

este fenômeno ocorre sempre que o desempenho das exportações seja superior ao considerado normal.

A lenta diversificação que vem ocorrendo na pauta de exportação a partir de 1970, possibilitou uma mudança estrutural que deu aos produtos básicos uma redução de 75% para 57%, entre 1972 e 1977; aos semi-manufaturados um aumento de 16% para 19%, no mesmo período, e aos manufaturados uma elevação de 9% para 24%.

A composição das importações mudou substancialmente no período de 1960-1970, podendo-se destacar ainda na pauta a predominância em todo o período de produtos alimentícios e bebidas. Não obstante o predomínio na importação de bens de consumo final, vale salientar o crescimento das compras e bens de capital e de consumo durável, representadas pelo item Maquinaria, Veículos e Acessórios, que vem evoluindo gradativamente, de 18,5% em 1960 para 34,7% em 1970.

Os produtos mais importantes, em termos de participação relativa, eram trigo em grão, bacalhau, tratores, petróleo em bruto e leite em pó que, juntos, somavam 34,1%, em 1970.

Já em 1974, pode-se observar que o item de maior importância na pauta é o de Máquinas e Aparelhos (20,8%), seguindo-se o de Produtos do Reino Vegetal (19,8%) e o de Produtos das Indústrias Químicas e Conexas (19,6%). Este último item, que representa basicamente a importação de bens intermediários, vem ganhando importância cada vez maior na pauta, tendo em 1970 participado com 10,8% do total das importações do exterior.

Os registros de importação por produto vêm confirmar uma evolução da pauta em favor da maior participação relativa dos bens de capital, tendo o item Máquinas e Aparelhos (exclusive tratores) registrado um percentual de 16,3% em 1974, embora a maior parcela de produtos importados ainda seja a de trigo em grão (16,9%). No entanto, vale salientar que este item vem-se reduzindo gradativamente desde 1967, quando ainda pesava 30,9% na pauta.

Apesar do crescimento acelerado das importações a partir de 1972 (cerca de 32,9% entre 1972 e 1973, e de 217,3% entre 1973 e 1974), não há razão para maiores inquietações, uma vez que o valor das importações neste último ano (US\$ 604 milhões) ainda é menor do que a metade das exportações do mesmo ano.

Os dados mostram que como exportador marginal o Nordeste pouco tem a ganhar na competição por melhores preços e por fatias maiores de mercados, estando na dependência de flutuações conjunturais de preços que, em suma, tornam o setor externo e a economia da Região muito mais suscetível a crises.

QUALIFICAÇÕES DO MODELO EXPORTADOR

— Introdução

O comércio internacional do Nordeste, durante a década passada, manteve-se em quase permanente estagnação, negando assim uma das proposições centrais do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que lhe outorgara a categoria de setor dinâmico. O início da década atual mostra um panorama completamente novo, quando os preços dos produtos exportados pela Região registraram récores nunca vistos.

Afirma um estudo recente ⁽¹⁾ que, de uma lista de 35 produtos primários, apenas carvão, estanho, juta e sisal apresentaram tendência definida de alta entre 1953 e 1966. As razões para isto seriam um excesso de oferta sobre a demanda, no caso dos alimentos, e a descoberta de novos produtos sintéticos e artificiais mais baratos para substituir matérias-primas extrativas.

O período subsequente àquele até 1974, registra um crescimento nos preços internacionais de natureza inteiramente artificial e atípica, motivado pela crise do dólar americano, pela escassez de algumas matérias-primas não renováveis e pela demanda especulativa no mercado de "commodities" ⁽²⁾.

Em suma, ao longo do tempo, os preços reais dos produtos primários no mercado internacional têm oscilado de uma situação de estabilidade para baixa. As razões apontadas por Faro permanecem válidas, principalmente para aqueles produtos exportados pela Região — Matérias-primas de origem vegetal e alimentos.

Embora se apontem "deficits" no suprimento de alimentos na maioria dos países do globo, dados da FAO indicam que no período 1963-74 a oferta mundial de alimentos cresceu mais rapidamente que a população mundial.

Quanto aos substitutos artificiais e sintéticos, a tendência para o aumento de produção é cada vez maior, enquanto o seu preço for inferior ao dos produtos naturais. Até mesmo para produtos alimentícios, os artificiais vêm competindo em escala apreciável, como é o caso dos adoçantes de milho, que vêm concorrendo com o açúcar de cana e de beterraba.

(1) Faro, J. Salvador. "Nova Ordem Econômica Internacional: Ilusões e Realidade". *Ciência e Cultura*, vol. 29, no. 2, Fev. 1977.

(2) Para maiores esclarecimentos ver, por exemplo, Cooper, Richard et alii. *The 1972-75 Commodity Boom*, Washington, 1975.

Portanto, do ponto de vista da demanda, não parece lógico propugnar-se por uma política de exportação de produtos primários tradicionais, a não ser no caso daqueles em que a Região tenha algum poder de barganha para negociar um melhor preço no mercado mundial, o que não parece real. Exemplo disto é o comércio da cera de carnaúba, em que o Nordeste exerce o monopólio no mercado exportador, porém os preços são manipulados pelas associações de importadores.

Do ponto de vista da oferta exportável, parece mais coerente com os objetivos do desenvolvimento regional os aspectos relacionados com os benefícios sociais gerados pela atividade exportadora, em confronto com aqueles colimados ao longo do tempo que, em última instância, têm beneficiado menos a Região do que outras áreas do País. Acumular divisas não pode ser considerado um objetivo regional quando se dispõe de um saldo superavitário na balança de mercadorias, ao longo de várias décadas. Nesse aspecto, o acúmulo de cambiais pode reverter-se, até mesmo, em prejuízo para a Região, ao se considerar a transferência de renda para outras áreas carentes de divisas.

Dentro desse quadro de referência, ao se considerar qualitativamente os custos e os benefícios sociais advindos da atividade exportadora de origem agrícola (tendo por amostra os produtos de maior importância relativa na pauta de exportação), face aos objetivos considerados como prioritários — distribuição de renda e emprego — deduz-se facilmente que os benefícios têm sido pouco relevantes.

Primeiro, o volume de recursos dispensados para promover a produção e a exportação daqueles produtos — açúcar, cacau, algodão, etc. — deixou de atender uma quantidade imensa de pequenos produtores rurais voltados para sua própria subsistência e para o abastecimento dos centros urbanos, que vivem na mais completa pobreza e marginalidade. Em muitos casos, o pauperismo deriva da própria natureza da atividade comercial expansionista, que expulsa o pequeno produtor (parceiro ou pequeno arrendatário) das terras mais férteis, deixando-o sem outra opção senão tornar-se um “bóia-fria”, ou emigrar para áreas mais distantes, dentro ou fora da Região. É na zona da Mata, área produtora de cana-de-açúcar, onde isto ocorre mais comumente.

Apesar das políticas de apoio à atividade agrícola exportadora, a taxa de crescimento da produção desses cultivos tem sido bastante inferior àquela observada para as culturas de subsistência, ao longo das últimas décadas, não obstante a incidência de calamidades climáticas.

Por outro lado, ainda que a produção de alimentos tenha crescido historicamente a uma taxa superior à de crescimento da população, tudo leva a crer que existe no Nordeste um “deficit” nutricional razoável em termos de proteínas e calorias necessárias para suprir as necessidades de consumo da população local,

sendo esta deficiência muito maior no que se refere aos alimentos de origem animal. O "deficit", que deveria ser eliminado com o deslocamento de recursos de algumas atividades exportadoras pouco rentáveis para a produção de alimentos, é suprido com importações de fora da Região, proporcionando transferências de renda via comércio inter-regional.

Segundo, do ponto de vista do emprego, a atividade agrícola exportadora absorve menos mão-de-obra do que os cultivos de subsistência. Este dado porém não representa o ponto central da questão. Sendo as culturas exportáveis, em geral, exploradas nos moldes capitalistas, a tendência mais normal será de utilizar mais equipamento moderno em suas atividades e dispensar maior quantidade de mão-de-obra. Além do mais, o próprio mecanismo de aplicação subsidiada ao crédito rural, que tem favorecido a grande lavoura comercial, a especulação imobiliária e o desejo de manter a terra como reserva de valor, têm contribuído para uma escassez cada vez maior de terras férteis e seu conseqüente encarecimento. Por esse motivo, as culturas comerciais têm iniciado um processo de expulsão de parceiros e pequenos arrendatários, que antes ocupavam pequenas glebas dentro de áreas férteis. Este parece ser o lado mais desumano da questão, além de favorecer o encarecimento dos bens de primeira necessidade, uma vez limitada a disponibilidade de área para cultivos de subsistência.

Por último e como conseqüência daquele mecanismo descrito acima, as culturas exportáveis têm sido responsáveis pela deficiência cada vez maior da estrutura de propriedade da terra, ao concentrar em pequeno número de imóveis uma alta porcentagem da área agricultável, enquanto milhares de pequenos produtores não dispõem de área suficiente para se auto-abastecer. Ainda que disponham de terras em abundância, os imóveis que se dedicam à atividade exportadora não produzem quantidades proporcionais ao que possuem em número de hectares.

— Agricultura de Exportação "Versus" Agricultura de Subsistência

São chamadas culturas exportáveis aquelas que se destinam principalmente ao mercado internacional, destacando-se neste capítulo cana-de-açúcar, algodão, sisal, mamona, fumo e cacau. Também serão tratadas eventualmente como tal, coco-da-baía e café, que embora não se destinem ao mercado externo, são culturas comerciais que representam matéria-prima para a indústria nacional. Estas culturas serão tratadas também como industriais ou comerciais.

As culturas de subsistência ou de alimentação básica, embora produzidas para suprir as necessidades da própria população rural, geram um excedente que é comer-

cializado nos centros urbanos para atender a demanda de alimentos da população aí residente. Serão aqui considerados: feijão, mandioca, milho e arroz e, eventualmente, batata doce e fava.

O crescimento da agricultura comercial e de subsistência tem sido focalizado no Brasil com bastante ênfase, valendo destacar estudos recentes realizados para o Estado de São Paulo e para o país como um todo, onde participaram Graziano da Silva, J. F., Oriowaldo Queda e outros ⁽³⁾. Tais estudos são unânimes em detectar a existência de taxas elevadas de crescimento para a agricultura de subsistência, não obstante a pouca atenção que recebem do poder público e a constante penúria em que vive a massa de pequenos produtores, distante de quase todas as formas de incentivos que são dedicadas às culturas industriais. Vistas como um apêndice da agricultura de exportação, as lavouras de subsistência, voltadas para a produção de alimentos e para o emprego do excedente da força de trabalho rural, têm desempenhado importante função na manutenção do crescimento de agricultura praticada conforme os padrões capitalistas, antes de ser um impecilho ao seu desenvolvimento, na opinião daqueles pesquisadores.

Em estudo mais recente, Ferreira mostra que o distanciamento cada vez maior entre o setor de subsistência e o capitalista dentro da agricultura brasileira não representa um problema isolado, mas uma consequência do próprio modelo brasileiro, que coloca na industrialização a principal meta do desenvolvimento, deixando à agricultura o papel de atender à oferta de alimentos a baixos preços e a gerar as divisas necessárias ao financiamento das importações de bens de capital. Este objetivo conduziu à especialização da produção agrícola para exportação, ao mesmo tempo em que gerava um apêndice do setor, voltado para a produção de alimentos. “Desta forma, pode-se observar a coexistência de atividades caracterizadas por graus de concentração da produção radicalmente diferentes. De um lado temos a agricultura de subsistência caracterizada por um grande número de pequenos agricultores”... atraso técnico e baixa rentabilidade, com a venda de sua produção a baixos preços, enquanto a agricultura de mercado é... “caracterizada por uma produção em grande escala, à base de trabalho assalariado e investimentos de grande porte” ⁽⁴⁾.

(3) Graziano da Silva (1976) “A Agricultura e o Crescimento Econômico Brasileiro”. UNESP/Botucatu. Mimeo. Oriowaldo Queda (1976). “A Agricultura de Subsistência”. UNESP/Botucatu. Mimeo. Graziano da Silva, J. F. e Oriowaldo Queda (1975). “Comercialização e Abastecimento: Algumas Questões” – “Apresentado à XII Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais”; e “Distribuição da Renda e Posse da Terra na Produção e Consumo de Alimentos” em *Capital e Trabalho no Campo*. Coleção Estudos Brasileiros, no. 7. São Paulo, 1977. Graziano da Silva, J. F. et alii (1977). *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. UNESP/Botucatu.

(4) Ferreira, Léo da Rocha (1977). “Política Econômica e Pobreza Rural no Brasil”. Apresentado à XV Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, Viçosa, págs. 4 e 5.

O tratamento dado à agricultura nordestina, neste particular, enfatiza uma vez mais a predominância do crescimento das lavouras de subsistência, face às culturas industriais. Com base em séries históricas de 1949 até 1962, Sá Júnior admite que o mercado de alimentos cresceu mais do que o das matérias-primas agrícolas; enquanto a produção dos primeiros cresceu 94%, a das últimas expandiram-se 90%. Apesar da aparente idéia de que a produção dos dois tipos de culturas é sensível aos preços, Sá Júnior nega tal hipótese. Embora enviem seus excedentes para o mercado, assume "... as produções de subsistência crescem de acordo com a população que a elas se dedica e com a área cultivada. Seu crescimento elevado pode ser explicado como decorrência da acentuada concentração da mão-de-obra que se verifica no âmbito dos minifúndios e da multiplicação acentuada do número desses estabelecimentos" (5).

Dados apresentados por Cavalcanti (6) parecem confirmar esta proposição, quando afirma ter ocorrido um acréscimo de 72% no número de estabelecimentos com menos de 10 ha, e de 49% de suas áreas, entre 1960 e 1970. Com relação à área ocupada com lavouras, apenas nos estabelecimentos com menos de 10 ha afirma ter havido ampliação importante na área e no emprego, cerca de 45% e de 44%, respectivamente.

As atividades voltadas para a exportação, por sua vez, também não respondem aos preços, segundo Sá Jr., embora se caracterizem por relações de produção capitalista. Historicamente, têm-se integrado aos mercados internacionais e por esta razão têm sofrido a instabilidade decorrente das oscilações próprias daqueles mercados. Mas, à medida que os seus preços entram em depressão, não ocorre queda de produção, assume Sá Júnior, uma vez que não há substituição de produção de matérias-primas exportáveis por produtos alimentares. "É a própria estrutura agrária que freia os estímulos (de preços)..." (7) assegura. E prossegue afirmando que este tipo de atividade apresenta rentabilidade tão elevada que permite a sua sustentação por períodos de depressão nos preços, haja vista as terras que utilizam, as mais férteis, e o baixo preço da mão-de-obra ocupada.

Contrastando com este enfoque, o estudo de Castro procura explicar o crescimento das culturas de alimentos através do aumento da área das culturas de exportação — que permitem o consórcio, como é o caso do algodão, do sisal e da mamona, pela pressão da demanda de alimentos exercida pelas camadas da popu-

(5) Sá Jr., Francisco. "O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência". Estudos CEBRAP São Paulo 3: 87-148. Janeiro, 1973, pág. 91.

(6) Cavalcanti, Roberto. "Alguns Aspectos da Experiência Recente de Desenvolvimento do Nordeste", Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 6, no. 2, agosto 1976. Pág. 469.

(7) Sá Jr. Op. cit. pág. 153.

lação, expulsas das áreas de produção canavieira e pelo crescimento urbano acelerado. Afirmar que "... enquanto o algodão impulsionava a cultura de alimentos pelo lado da oferta, a cultura canavieira em expansão reforçava a demanda (em mercado) regional de alimentos básicos". E ainda, "... ao crescimento urbano haveria que adicionar a já mencionada proletarização verificada na faixa úmida costeira, através da qual o trabalhador rural passa a recorrer integralmente ao mercado de alimentos. . . " (8)

Esta interpretação sugere a existência de oferta elástica no suprimento de produtos de subsistência, cabendo à região compreendida entre o Agreste e o Sertão a importância maior no incremento dessa produção, em vista da política hidráulica tê-la tomado habitável.

Para tornar consistente essa hipótese, Castro afirma ter o produto agrícola crescido a 5% ao ano (1950/70), sem variação de técnicas e com a população empregada crescendo a pouco mais de 1% ao ano, tendo parte considerável deste incremento resultado da produção de alimentos (a que mais cresceu), e procedentes de pequenas e médias propriedades, que não se prestam para a tecnificação.

Uma modificação na estrutura da comercialização dos alimentos teria sido o motivo principal de tal desempenho, tendo-se rompido o monopólio comercial exercido pelos grandes proprietários-comerciantes, dando lugar à comercialização dos excedentes em um raio de circulação muito maior, através do uso do caminhão.

Por outro lado, conclui, "... o crescimento da agricultura de exportação não tem acarretado transformações qualitativas no conjunto de serviços a ela vinculados. . . " tendendo "... simplesmente a incrementar o volume de renda aí gerado" (9).

A complementaridade existente entre lavouras de subsistência e de exportação defendida por Castro encontra acolhida em estudo recente elaborado por Fiorentino (10), que afirma existir uma relação funcional entre pequenos e grandes estabelecimentos, estando os primeiros empenhados em fornecer aos últimos, trabalho familiar excedente a baixo custo, favorecendo a acumulação nos setores

(8) Castro, Antônio B. "O Desenvolvimento Recente do Nordeste" em 7 Ensaio sobre a Economia Brasileira, Vol. II; São Paulo, 1971, págs. 200-201.

(9) Castro, op. cit. pág. 207.

(10) Fiorentino, Raul. "Uma Visão Geral dos Problemas de Emprego e Renda no Setor Rural do Nordeste Brasileiro", na Revista Econômica do Nordeste no. 3, jul/set. 1977, vol. 8. pág. 386.

agrícolas dos países periféricos. Desta forma, o crescimento do setor exportador, que se pode dar em condições de preços decrescentes, consolida a agricultura de subsistência em vez de eliminá-la.

Os dados disponíveis para 1959-73 confirmam a existência de um desempenho mais favorável para as lavouras de subsistência (feijão, mandioca, milho, batata doce e fava), face às culturas industriais (coco-da-baía, cana-de-açúcar, algodão, sisal, mamona, fumo, cacau e café) no contexto da economia nordestina. Enquanto as primeiras cresceram a uma taxa média anual em torno de 4,6%, no período de 1959/61 a 1971/73, as últimas registraram uma taxa média de 2,7%.

A expansão da área tem sido historicamente a principal fonte de crescimento para todos os tipos de cultivos, podendo-se notar na tabela 2 que a assertiva ainda é verdadeira, mesmo para períodos mais recentes. Observa-se que, no caso das culturas de alimentação, o rendimento explica apenas 2,2% da taxa de crescimento global, cabendo ao efeito-área uma contribuição de 87% aproximadamente. Com relação às culturas industriais, como o efeito-localização é negativo, a contribuição da área na taxa global de crescimento foi de 144,5%, restando ao rendimento explicar 18,5%. Embora pouco relevante, a contribuição do rendimento ainda é bastante superior à mesma observada para as lavouras de subsistência.

Excluindo o período mais recente (1967/69 a 1971/73), convém verificar que o crescimento da produção daquelas culturas segue o mesmo padrão registrado em todo o período em análise. Contudo, chama atenção o fato de ter tido o rendimento uma contribuição maior na explicação da taxa de crescimento das lavouras de subsistência, em comparação com todo o período (1959/61 a 1971/73). Era de se esperar, entretanto, que as lavouras comerciais tivessem um desempenho mais favorável, em vista de serem atingidas por toda uma política de estímulo — crédito, fiscal e de incentivo à pesquisa — ao mesmo tempo em que lhe são dedicadas as terras mais férteis da Região e o tipo de cultivo é, em geral, propício à tecnificação.

Esses dados por si só não explicam os fatores que condicionaram o crescimento extensivo da produção agrícola regional até o presente (1973). É importante também verificar que outras opções podem tornar-se viáveis dentro do atual quadro institucional e da dotação de fatores existentes na área. Esta preocupação procede na medida em que estudo recente sobre o Nordeste ⁽¹¹⁾ procura mostrar que este modelo de crescimento já perdeu seu dinamismo, a despeito da existência de margens para expansão da área. Segundo Cavalcanti, a estrutura fundiária começa a tornar-se impeditiva ao processo de crescimento da produção.

Admitindo como verdadeira esta hipótese, torna-se necessário engendrar no-

(11) Cavalcanti. Op. cit. pág. 469.

TABELA 2

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO EM TERMOS PERCENTUAIS,
REFERENTES A DETERMINADAS CULTURAS DO NORDESTE

Culturas	1959/61 a 1967/69				1967/69 a 1971/73				1959/61 a 1971/73			
	Taxa de Crescimento	Fontes de Crescimento (%)			Taxa de Crescimento	Fontes de Crescimento (%)			Taxa de Crescimento	Fontes de Crescimento (%)		
		Área	Rendimento	Localização		Área	Rendimento	Localização		Área	Rendimento	Localização
Alimentação Básica	7,1	74,6	11,3	14,1	-0,1	-1.400	1.200,0	300,0	4,6	86,9	2,2	10,9
Industriais	3,3	157,5	15,2	-72,7	1,6	93,7	96,3	0,0	2,7	144,5	18,5	-63,0

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: MA. SEP. Até 1972 — F. IBGE — 1973.

vas alternativas para o modelo de crescimento em vigor, colocando em questão as opções com relação às tecnologias que devem ser adotadas, assim como a eleição de produtos que se deve incentivar a produzir, dentro de um quadro de referência em que se destacam as culturas exportáveis e as de alimentação básica.

— Emprego e Renda Real

Como se vê na tabela 3, as lavouras que produzem para o mercado interno (alimentação básica) ocupam em geral mão-de-obra não-assalariada, com o predomínio quase absoluto da mão-de-obra familiar, agregados e moradores. A participação do trabalho assalariado permanente e temporário varia de aproximadamente 6% a 8%, indicando que a agricultura de alimentos ainda é tipicamente de subsistência, permanecendo à margem das transformações que vêm ocorrendo na lavoura comercial, considerando que a mão-de-obra permanente e temporária, em geral, assume a categoria de trabalho assalariado.

As lavouras de transformação industrial, geralmente destinadas ao mercado externo, em contraste com aquelas, vêm absorvendo um contingente apreciável de mão-de-obra assalariada, excetuando-se o algodão, cuja exploração parece perfeitamente identificada com as lavouras de subsistência. Praticada em moldes tradicionais, a cultura do algodão é consorciada com milho e/ou feijão, na maioria das vezes, e pela qualidade de terra que utiliza, em geral no Sertão Semi-Árido, ainda permite que parceiros, agregados e moradores se estabeleçam em parcelas da propriedade, podendo essa mão-de-obra também, em períodos de pico da atividade algodoeira, ser empregada como assalariados temporários. Assim, a predominância da mão-de-obra não-assalariada é marcante, atingindo a participação de 87% no total da força de trabalho adulta, enquanto a assalariada não chega a 11%.

Já o regime de trabalho predominante nas explorações de cacau e de cana-de-açúcar é do tipo assalariado, caracterizando uma agricultura capitalista que se esforça por reduzir a mão-de-obra não-assalariada que reside dentro da propriedade, à medida em que o preço da terra se eleva substancialmente. No caso do cacau, a participação dos assalariados em trabalho permanente atinge cerca de 28%, e a dos assalariados temporários cerca de 23%. A parcela é quase inexistente e o item outros que representa a mão-de-obra familiar, pequenos arrendatários, agregados e moradores, ainda permanece em torno de 49%. No entanto, deve ficar claro que a importância maior é mesmo da mão-de-obra familiar pertencente aos minifúndios. A estrutura fundiária da grande Região Cacaueira da Bahia se caracteriza pela predominância de minifúndios, que chega a 62% dos imóveis, ocupando 12% da área de 89 municípios produtores, conforme estudo da CEPLAC ⁽¹²⁾. Cerca de 58% desses imóveis detêm uma área menor do que 10 ha.

⁽¹²⁾ Asmar, Selem Rachid — “Posse da Terra na Região Cacaueira da Bahia. Um novo Enfoque”. in *Boletim Técnico*, no. 38, CEPLAC, Itabuna, 1976.

Com relação à cana-de-açúcar, a mão-de-obra não-assalariada perde em importância para a assalariada em trabalho permanente e temporário, que atinge juntas quase 64%. A predominância é dos assalariados temporários (33,8%) embora os dados do Censo de 1970 não mostrem ainda a importância que assume esta categoria de ocupação que reflete, de certa forma, o fenômeno do chamado "bóia-fria", vítima de um regime de trabalho que expulsa o trabalhador residente na propriedade para expandir a lavoura comercial nas áreas antes ocupadas pelo morador ou agregado. O trabalhador que migra para as áreas urbanas marginais continua exercendo a atividade agrícola (cortar cana) e é pago por um salário ou por uma certa quantidade do produto que é o resultado do seu trabalho.

O fenômeno do "bóia-fria" se agrava na medida em que a necessidade de expansão da lavoura canavieira encontra barreira na escassez de terras férteis e conseqüente encarecimento das mesmas.

A expulsão do trabalhador do meio rural ocorre simultaneamente com a eliminação dos cultivos de subsistência que, mesmo em condições precárias, gerava um excedente que era encaminhado aos mercados urbanos. Assim, a proletarização do trabalhador na região canavieira gera, simultaneamente, dois problemas que podem ser visualizados dentro de uma perspectiva social e econômica, respectivamente, qual seja, a marginalidade do homem e a escassez de alimentos.

Do ponto de vista da absorção de emprego, consideram-se aqui os períodos de pico da atividade agrícola, nas quais o número máximo de assalariados temporários está sujeito a computar mais de uma vez uma fração expressiva da mão-de-obra familiar, agregados, moradores e parceiros, categorias que não têm ocupação permanente durante todo o ano. Neste particular, convém observar a relação entre o número de pessoas adultas ocupadas e a área colhida de cada produto (emprego/ha).

No caso dos produtos de alimentação básica, vê-se claramente que arroz e mandioca absorvem mais de um emprego por hectare, estando o último apto a ocupar mais de três pessoas por dois hectares colhidos. Os dados de área relativos a feijão e milho estão superestimados, uma vez que mais de 90% da produção de ambos são obtidos com exploração em consorciação e intercalação. Assim, a relação emprego/ha para os dois produtos está bastante abaixo daquilo que se poderia esperar, em vista da duplicação da área. Se, ao invés de tomar a área total colhida das culturas em questão, considera-se apenas a área dos cultivos isolados, a relação emprego/ha altera-se substancialmente. No caso do feijão, a relação eleva-se de 0,51 para 5,75; no do milho, de 0,23 para 5,15 e no do algodão, de 0,54 para 2,80. Mesmo que se leve em conta uma possível superestimação do emprego pela ocorrência muito comum dos três cultivos explorados sob a forma de consorciação, é lícito afirmar que tanto o algodão como as culturas de subsistência, em geral, absorvem maior quantidade de emprego por área colhida do que as lavouras que se destinam à exportação (Ver tabela 4).

Ao comparar-se esses dados com os relativos às culturas exportáveis, nota-se que a absorção do emprego nestas é de menor expressão, sendo necessários aproximadamente dois hectares para ocupar uma pessoa nos cultivos de algodão e cana-de-açúcar e três hectares para uma pessoa na atividade cacaueteira.

A menor absorção de emprego por essas atividades é explicada pela crescente modernização que se processa, principalmente na da cana-de-açúcar, e pela redução dos contratos de parceria e de outras formas de trabalho não-assalariado, tendo em vista a elevada penetração de formas capitalistas na agricultura comercial da Região.

Entretanto, o segundo fator deve ter relevância maior, uma vez que a cultura da cana, mesmo motomecanizada, absorve quantidade apreciável de mão-de-obra nos períodos de "peak" da atividade. A comparação do número de homens/dia ocupados através dos processos moderno e tradicional, mostra que, quando se passa do tradicional para o moderno, o número de homens/dia cai de 123 para 103, durante a implantação da cultura, e de 62 para 61, por hectare/ano da colheita, conforme cálculos realizados pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco.

Para se ter idéia acerca da marginalidade em que vivem os produtores de alimentos, basta verificar a distribuição da área dos seus estabelecimentos comparando-a com a das culturas comerciais, tendo em vista a atividade predominante (ver tabela 5).

Dos estabelecimentos que se dedicam predominantemente ao cultivo de alimentos, os de área inferior a 10 ha representam 87% na produção de arroz, 72% na produção de feijão, 81% na de mandioca e 71% na de milho. Em contraste, dos que se dedicam preferentemente à exploração comercial, os de área inferior a 10 ha representam apenas 20% na produção de cacau, 67% na de algodão e 58% na de cana-de-açúcar.

Como o algodão, em geral, é explorado em terras de qualidade inferior, pode-se deduzir que, em condições semelhantes às aquelas exibidas pelas lavouras de subsistência, uma grande maioria produz em condições precárias, ao superutilizar a terra e a mão-de-obra familiar, gerando uma produtividade baixíssima e auferindo remuneração abaixo das condições existentes, se houvesse livre competição no mercado de trabalho.

Já com relação à cana-de-açúcar, em vista das terras férteis que utiliza, pode num estabelecimento de 10 ha estar produzindo em condições favoráveis que proporcionem ao produtor renda suficiente para a remuneração da mão-de-obra familiar.

Verifica-se, assim, que as produções de cacau e de cana-de-açúcar, além de serem praticadas nas melhores terras da Região, ainda favorecem a manutenção da grande propriedade monocultora e a concentração da riqueza, como mostra a estrutura fundiária, no item a seguir.

Estrutura Agrária e Especialização da Produção

Para Graziano "... a estrutura agrária determina e condiciona o caráter da produção agrícola. Esta provém, em grande parte, de um elevado número de pequenas unidades produtoras. . . ", podendo-se afirmar que "... as pequenas propriedades têm uma importância muito grande no abastecimento alimentar e no fornecimento de matérias-primas industriais . . ." enquanto a grande propriedade, ligada à produção capitalista, dedica-se a atividades mais rentáveis, como algumas culturas exportáveis, extração vegetal e pecuária (13).

Com efeito, as estatísticas cadastrais do INCRA para 1972, sugerem que, em todo o Nordeste, mais da metade da produção de feijão, milho e mandioca se concentra nas propriedades menores de 100 ha; isto é, cerca de 80% dos imóveis dessa categoria, possuindo aproximadamente 30% da área total, produzem 70% de feijão, 61% de milho e 54% de mandioca.

Os imóveis com área superior a 500 ha, por outro lado, que representam cerca de 1% do total, produzem apenas 6% de feijão, 10% de milho, 15% de mandioca e 25% de arroz do total da produção dessas culturas na Região. Ainda assim, a produção de alimentos neste tipo de imóvel deve-se a um número relativamente grande de parceiros e pequenos arrendatários que exploram pequenas parcelas da propriedade (14).

Esses dados parecem confirmar a idéia em torno da qual se julga que os produtos básicos para alimentação são originários dos minifúndios e pequenas propriedades.

As culturas de transformação industrial, por sua vez, ao procurar incorporar maiores áreas aos seus cultivos, responsabilizam-se pela ampliação das imperfeições já existentes na estrutura fundiária da Região. Nota-se por intermédio da Tabela 8, que, nos imóveis menores de 100 ha, a produção de cana-de-açúcar não chega a 7% do total. A de algodão, entretanto, eleva-se a 49%, a de cacau atinge 45%, a de sisal, 46% e a de fumo, 91%.

(13) Graziano da Silva et alii. Op. cit. págs. 126 e 129.

(14) Sobre o assunto, ver Graziano da Silva et alii. Op. cit. págs. 129-130.

TABELA 3
NORDESTE -- PESSOAL OCUPADO (*) NAS PRINCIPAIS CULTURAS
POR CATEGORIA -- 1970
(Em %)

Culturas	Total	Permanente	Temporária	Parceria	Outros (1)
Alimentação Básica					
Arroz	100,0	0,4	5,8	1,3	92,5
Feijão	100,0	0,8	5,8	1,0	92,4
Mandioca	100,0	1,0	6,4	0,7	91,9
Milho	100,0	0,8	7,7	1,1	90,4
Transf. Industrial					
Cacau	100,0	27,7	22,8	0,7	48,8
Algodão (2)	100,0	1,5	9,2	2,1	87,2
Cana-de-Açúcar	100,0	30,1	33,8	1,1	35,0

FONTE: Censo Agropecuário dos Estados -- 1970.

NOTAS: (*) De 14 anos e mais, homens e mulheres.

(1) Inclui responsável e membros não remunerados da família, agregados, moradores, etc.

(2) Apenas o tipo herbáceo.

TABELA 4
NORDESTE – RELAÇÃO EMPREGO/ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS
CULTURAS POR CATEGORIA – 1970

Culturas	Emprego Total (No. Pessoas)	Área Colhida (ha)	Emprego/ ha
<u>Alimentação Básica</u>			
Arroz	759.785	681.189	1,12
Feijão	838.019	1.644.447 (145.704)	0,51 (5,75)
Mandioca	1.352.580	836.886	1,62
Milho	470.544	2.062.132 (91.393)	0,23 (5,15)
<u>Transf. Industrial</u>			
Cacau	117.770	379.697	0,31
Algodão	230.067	425.574 (82.237)	0,54 (2,80)
Cana-de-Açúcar	337.406	621.073	0,54

FONTE: Censo Agropecuário dos Estados – 1970.

NOTA : Os números entre parênteses indicam que a área colhida refere-se apenas à cultura isolada.

TABELA 5
NORDESTE - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO
A ATIVIDADE PREDOMINANTE - 1970
% ACUMULADA

Grupos de Área (ha)		Transformação Industrial						Alimentos Básicos							
		Cacau		Algodão		Cana-de-Açúcar		Arroz		Feijão		Mandioca		Milho	
		Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Menos de 1	1	0,6	0	13,5	0,3	10,8	0,1	24,6	1,0	13,1	0,5	26,6	1,1	12,7	0,4
1	2	2,8	0	33,2	1,3	21,9	0,3	56,8	3,6	31,0	1,9	45,9	3,5	31,6	1,8
2	5	10,4	0,4	55,3	4,0	42,4	1,4	81,2	7,7	56,8	6,6	70,5	9,5	57,0	6,0
5	10	19,8	1,4	67,1	7,3	57,8	3,1	86,7	9,8	71,7	12,8	80,9	15,2	70,7	11,2
10	20	37,0	5,0	78,1	13,3	71,9	6,2	90,0	12,5	82,9	21,9	88,3	23,3	81,5	19,2
20	50	68,1	19,6	89,7	27,4	83,2	11,8	94,0	19,7	93,1	40,2	95,2	40,0	92,1	36,8
50	100	85,6	37,3	95,2	42,3	88,7	18,1	96,0	29,3	97,0	56,0	97,9	54,6	96,4	53,0
100	200	94,2	54,6	98,2	57,7	92,6	27,0	98,1	42,7	98,9	70,7	99,1	68,3	98,6	68,5
200	500	98,6	73,7	99,5	73,5	97,0	49,5	99,4	64,7	99,8	86,3	99,8	83,3	99,7	86,3
500	1.000	99,6	83,0	99,9	81,9	99,1	73,2	99,8	79,7	100,0	92,8	99,9	91,1	99,9	94,4
1.000	2.000	99,9	88,4	100,0	86,9	99,8	87,8	99,9	88,8	100,0	95,3	100,0	95,6	100,0	97,4
2.000	5.000	100,0	91,5	100,0	90,4	100,0	95,2	100,0	96,4	100,0	97,5	100,0	98,5	100,0	98,3
5.000	10.000	100,0	92,7	100,0	91,2	100,0	97,7	100,0	98,8	100,0	97,7	100,0	98,9	100,0	98,9
10.000	100.000	100,0	100,0	100,0	94,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 100.000		-	-	100,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Censo Agropecuário - 1970 (Tabela 11).

A cana-de-açúcar é um produto típico de exploração latifundiária. Nota-se que no Estado de Pernambuco 44% da produção da cultura é obtida em imóveis com área superior a 2.000 ha, que representam 1% dos estabelecimentos produtores.

Ao estratificar-se os imóveis pela renda bruta, conclui-se definitivamente que a produção de alimentos básicos assume o caráter de subsistência, ao constatar-se que 76% da produção de feijão, 49% da de arroz, 68% da de milho e 56% da de mandioca são obtidos em imóveis cujo valor da produção não atingia Cr\$ 6.000 em 1972.

Em contraste, as produções de cana-de-açúcar e de cacau, como representativas de matérias-primas industriais, concentram-se em imóveis cuja renda bruta era superior a Cr\$ 100 mil e Cr\$ 50 mil, respectivamente, em 1972.

A exploração de algodão, no Estado do Ceará, embora tida como cultura comercial, ainda mantém grande proporção dos seus imóveis típicos como lavoura de subsistência. Com efeito, 32% dos imóveis produtores estão na categoria de mais baixa renda (Cr\$ 3.000), o que é perfeitamente explicável, tendo em vista que o grosso da produção é obtido através de parceiros, pequenos arrendatários e mão-de-obra familiar.

Apesar do caráter de subsistência que assumem as culturas básicas para alimentação, é interessante ver que o rendimento físico médio calculado para os diversos estratos de área, em geral decresce à medida em que os mesmos se elevam, assim como a área média colhida. É nos imóveis de tamanho inferior a 25 ha que o rendimento físico é mais elevado, passando a declinar nos estratos que seguem (ver tabela 9). Em alguns Estados típicos produtores de arroz, feijão, milho e mandioca observa-se nitidamente este fenômeno. Ocorre o mesmo com algumas culturas comerciais, como o algodão, o sisal e o cacau.

O elevado rendimento físico em pequenas propriedades é perfeitamente coerente com o uso intensivo da terra e de outros fatores de produção, na medida em que se aceita como dado o oligopsonismo reinante no mercado de terra. O pequeno produtor, diante das limitações de obter mais alguns hectares de terra, passa a utilizá-la de forma intensiva, agregando-a mais mão-de-obra e insumos.

Enfocando, particularmente, algumas culturas comerciais, em Estados típicos produtores (ver tabela 8), percebe-se que o mecanismo de concentração de terra nos imóveis que se dedicam a esses cultivos se sobressai em quase todos. À exceção do fumo em Alagoas, que é uma cultura típica de pequena propriedade, as demais chegam a ser exploradas em imóveis com área até 10.000 ha ou mais, embora os imóveis de tamanho inferior a 100 ha concentrem 50% das quantidades colhidas de algodão no Ceará, 47% de sisal na Paraíba e 45% de cacau na Bahia. O caso mais

extremo é o da cana-de-açúcar, onde cerca de 73% da produção advém de imóveis com área superior a 500 ha, que detém apenas 6% da área total dos imóveis produtores. Aqueles de área inferior a 100 ha produzem apenas 6% das quantidades obtidas pelo Estado de Pernambuco.

O fumo, apesar de explorado em áreas pequenas, não se caracteriza como cultura de subsistência. Como cultura comercial é pouco rentável, sendo a maior parte da produção (71%) proveniente de imóveis com renda bruta inferior a Cr\$ 24 mil, a preços de 1972. Nota-se, entretanto, que no caso do algodão e do sisal, a modesta rentabilidade é ainda mais notável, estando cerca de 82% e 77%, respectivamente, dos seus produtores incluídos naqueles estratos de renda.

Observando agora o rendimento físico das lavouras exportáveis (tabela 9), nota-se que a maior parte daquelas selecionadas obedecem à regra predominante nas culturas de subsistência, isto é, à medida em que aumenta a área dos imóveis, decresce o rendimento físico, registrando-se uma redução muito maior nos imóveis de tamanho superior a 25 ha. No caso do fumo em Alagoas, o fenômeno ocorre de maneira distinta, podendo-se notar que nos imóveis grandes, com área superior a 100 ha e inferior a 2.000 ha, existe a tendência de elevar-se outra vez o rendimento físico.

A exploração canavieira em Pernambuco constitui uma exceção. Por ser uma atividade agrícola bastante avançada para os padrões existentes no Nordeste no que tange à motomecanização, o fenômeno se inverte. Ou seja, o rendimento físico é mais alto, em geral, nos grandes imóveis, registrando-se o mais elevado naqueles imóveis de tamanho superior a 10.000 ha. Neste aspecto, deve-se ressaltar a natureza do processo de produção, tipicamente capitalista, predominante na Zona da Mata de Pernambuco e, possivelmente, também na de Alagoas, eliminando a presença de parceiros e pequenos arrendatários.

— Abastecimento Interno “Versus” Exportação

A característica marcante da produção agrícola no Nordeste é que ela está fortemente vinculada ao mercado externo, de maneira secular. E, obedecendo a um modelo de crescimento, cuja tônica se acentua no direcionamento da produção para o mercado internacional, deduz-se facilmente que a tendência do setor será cada vez mais a de se especializar na produção para exportação, em detrimento da produção para o mercado interno.

Na economia agrícola nordestina é uma constante a presença de crises de produção. Abstraindo o fenômeno das secas, as crises quase sempre representam a necessidade de se estocar a produção exportável quando o nível dos preços no

TABELA 6
NORDESTE: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS, CONFORME A DISTRIBUIÇÃO
DOS IMÓVEIS RURAIS - 1972
(% ACUMULADA)

Classes de Área Total (ha) e Classes de Valor da Produção	Feijão		Arroz		Milho		Mandioca	
	Imóveis	Quantidades	Imóveis	Quantidades	Imóveis	Quantidades	Imóveis	Quantidades
Menos de 1	0,903	0,615	0,398	0,092	0,746	0,382	1,785	0,344
1 — 2	4,766	3,287	1,813	0,452	4,141	2,160	8,411	2,082
2 — 5	17,454	12,307	7,038	1,999	15,913	8,731	25,896	9,005
5 — 10	31,394	22,750	13,897	4,301	29,296	16,943	40,528	17,077
10 — 25	54,351	41,552	29,618	10,904	51,893	33,064	60,496	30,623
25 — 50	70,583	56,449	45,976	20,147	68,314	47,031	73,787	42,676
50 — 100	83,582	70,051	64,061	33,912	81,777	60,790	84,530	54,235
100 — 200	92,049	70,765	79,997	50,323	90,891	72,513	91,888	64,506
200 — 500	97,482	90,016	92,150	66,375	96,964	84,041	97,090	76,926
500 — 1.000	99,030	94,040	96,587	74,932	98,803	89,796	98,800	84,643
1.000 — 2.000	99,656	96,391	98,709	83,130	99,571	93,536	99,556	88,841
2.000 — 5.000	99,925	98,765	99,724	90,250	99,908	96,674	99,896	95,316
5.000 — 10.000	99,979	99,462	99,914	93,777	99,975	97,986	99,965	97,677
10.000 — 20.000	99,991	99,700	99,962	94,600	99,990	98,856	99,984	98,734
20.000 — 50.000	99,997	99,924	99,988	95,312	99,997	99,151	99,995	99,359
50.000 — 100.000	99,999	99,993	99,996	96,539	99,999	99,275	99,998	99,594
100.000 e Mais	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Classes de Valor da Produção								
Menos de 3.000	77,672	60,801	67,764	31,190	77,014	51,706	77,456	38,556
3.000 — 6.000	90,834	76,009	85,665	49,339	90,599	68,141	90,955	56,147
6.000 — 12.000	96,470	85,502	94,352	64,303	96,401	79,432	96,321	68,102
12.000 — 24.000	98,685	91,346	97,931	75,619	98,660	86,849	98,398	75,557
24.000 — 50.000	99,539	94,894	99,326	82,592	99,528	91,957	99,304	81,566
50.000 — 100.000	99,822	96,805	99,774	88,886	99,820	94,775	99,666	86,643
100.000 e Mais	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000

FONTE: INCRA — Estatísticas Cadastrais/2.

TABELA 7
NORDESTE: ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO FÍSICO DE ALGUNS PRODUTOS BÁSICOS
DE ALIMENTAÇÃO - 1972

Classes de Área Total(ha) e Classes de Valor da Produção	Arroz (Maranhão)		Feijão (Bahia)		Milho (Bahia)		Mandioca (Ceará)	
	Área Média Colhida (ha)	Rendimento Físico Médio (kg/ha)	Área Média Colhida (ha)	Rendimento Físico Médio (kg/ha)	Área Média Colhida (ha)	Rendimento Físico Médio (kg/ha)	Área Média Colhida (ha)	Rendimento Físico Médio (kg/ha)
0,5 — 2	0,9	1.443,0	0,8	1.249,5	0,9	1.231,9	0,7	2.683,6
2 — 5	1,4	1.362,2	1,7	661,6	1,7	677,8	1,3	2.050,5
5 — 10	2,0	1.088,1	2,7	447,9	2,7	473,9	2,1	1.785,4
10 — 25	3,0	944,1	3,9	341,1	3,9	375,3	3,5	1.570,0
25 — 50	4,2	877,4	5,7	262,8	5,6	299,3	5,4	1.450,9
50 — 100	5,6	900,1	7,3	224,8	7,0	257,5	7,9	1.332,3
100 — 200	7,1	927,7	10,0	200,2	9,5	221,7	11,8	1.324,2
200 — 500	9,4	869,2	14,7	158,0	13,5	193,3	19,1	1.447,7
500 — 1.000	14,5	788,7	20,9	141,6	22,7	177,7	31,2	1.698,2
1.000 — 2.000	24,5	951,4	22,9	142,2	27,1	188,9	54,6	1.339,6
2.000 — 5.000	53,3	876,9	45,7	123,9	41,2	188,7	47,9	4.491,7
5.000 — 10.000	124,5	1.035,9	39,7	171,1	52,8	229,3	111,5	1.483,3
10.000 e mais	701,2	883,2	65,5	199,3	73,8	232,5	447,2	1.266,5
Classes de Valor da Produção								
Menos de 3.000	3,7	836,4	4,4	288,4	4,5	310,4	4,3	1.173,5
3.000 — 6.000	7,9	903,2	9,4	210,5	9,3	259,7	8,9	1.696,6
6.000 — 12.000	15,4	833,2	13,4	213,8	13,5	241,7	15,2	1.738,9
12.000 — 24.000	31,8	806,4	20,9	198,5	19,7	221,8	21,3	1.616,7
24.000 — 50.000	66,3	700,9	24,3	230,0	24,8	288,2	33,6	1.927,7
50.000 — 100.000	93,5	1.521,2	26,4	210,6	26,4	193,8	62,7	4.633,7
100.000 e Mais	410,1	1.163,5	17,1	252,5	20,5	269,3	90,8	2.949,8

FONTE: INCRA — Estatísticas Cadastrais/2.

TABELA 5
NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS PRODUTORES DE ALGUMAS CULTURAS EXPORTÁVEIS
SEGUNDO A QUANTIDADE COLHIDA - 1972
(% ACUMULADA)

Classes de Área Total(ha) e Classes de Valor da Produção	Algodão (Ceará)		Sisal (Paraíba)		Cana-de-Açúcar (Pernambuco)		Fumo (Alagoas)		Cacau (Bahia)	
	Número de Imóveis	Quantidade Colhida	Número de Imóveis	Quantidade Colhida	Número de Imóveis	Quantidade Colhida	Número de Imóveis	Quantidade Colhida	Número de Imóveis	Quantidade Colhida
0,5 —— 2	1,2	0,5	2,4	0,5	5,7	0,0	6,6	2,3	0,7	0,1
2 —— 5	5,8	2,4	14,7	3,4	23,0	0,3	35,3	16,8	4,7	0,7
5 —— 10	14,2	6,2	30,8	8,5	41,6	1,0	63,5	37,2	12,1	2,2
10 —— 25	35,6	17,7	58,0	21,8	63,4	2,7	88,2	69,5	36,7	10,0
25 —— 50	56,4	32,1	71,4	33,2	73,5	4,4	96,0	83,5	60,5	24,5
50 —— 100	75,5	49,5	82,5	46,5	80,1	6,4	98,8	91,1	80,4	44,9
100 —— 200	88,2	66,0	90,4	61,1	85,9	10,7	99,5	94,8	91,7	66,3
200 —— 500	96,3	82,2	96,6	80,2	93,6	27,1	99,9	99,2	97,9	87,1
500 —— 1.000	98,5	89,5	98,6	91,9	97,3	43,7	100,0	99,3	99,4	95,7
1.000 —— 2.000	99,5	94,3	99,5	96,9	99,0	56,2	100,0	100,0	99,8	98,9
2.000 —— 5.000	99,9	98,5	100,0	99,9	99,6	68,5	100,0	100,0	100,0	99,8
5.000 —— 10.000	100,0	99,6	100,0	100,0	99,8	84,0	100,0	100,0	100,0	99,9
10.000 e Mais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Classes de Valor da Produção										
Menos de 3.000	64,2	31,7	71,1	31,9	48,3	1,0	38,6	13,5	34,6	5,2
3.000 —— 6.000	83,9	50,7	84,2	46,3	65,2	2,1	64,9	29,3	54,7	10,8
6.000 —— 12.000	93,9	68,4	91,8	62,2	75,1	3,4	84,9	50,1	71,8	20,3
12.000 —— 24.000	97,9	81,7	96,1	77,3	81,7	5,3	94,5	70,9	84,5	34,8
24.000 —— 50.000	99,4	91,5	98,4	88,2	86,2	7,9	98,3	84,3	93,0	53,1
50.000 —— 100.000	99,9	96,3	99,6	96,1	90,0	12,8	99,7	93,7	97,4	71,9
100.000 e Mais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: INCRA — Estatísticas Cadastrais/2.

TABELA 9

NORDESTE: ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO FÍSICO DE ALGUNS PRODUTOS EXPORTÁVEIS

1972

Classes de Área Total(ha) e Classes de Valor da Produção	Algodão (Ceará)		Sisal (Paraíba)		Cana-de-Açúcar (Pernambuco)		Fumo (Alagoas)		Cacau (Bahia)	
	Área Média Colhida (ha)	Rendimento Físico/Mé- dio (kg/ha)	Área Média Colhida (ha)	Rendimento Físico Mé- dio (kg/ha)	Área Média Colhida (ha)	Rendimento Físico Mé- dio (kg/ha)	Área Média Colhida (ha)	Rendimento Físico Mé- dio (kg/ha)	Área Média Colhida (ha)	Rendi- mento Físico Médio (kg/ha)
0,5 — 2	0,9	1.195,4	0,8	1.521,7	0,7	15.867,7	1,1	1.150,5	1,0	1.023,9
2 — 5	1,8	591,2	1,5	956,1	1,3	23.125,3	2,4	793,7	2,3	578,8
5 — 10	3,0	377,9	2,7	725,5	2,5	28.804,3	4,1	644,2	3,8	501,8
10 — 25	5,4	250,6	5,2	583,5	4,9	31.319,3	7,3	660,7	6,8	447,6
25 — 50	9,2	191,0	10,0	523,4	10,0	30.132,1	11,5	578,5	13,1	436,0
50 — 100	14,4	159,9	16,1	455,0	20,0	29.497,8	18,7	526,0	22,8	428,8
100 — 200	23,9	136,3	28,4	396,4	42,7	33.651,2	27,2	697,5	42,9	417,7
200 — 500	41,8	121,9	48,3	389,6	121,7	33.324,2	53,2	905,2	80,7	393,0
500 — 1.000	75,8	106,6	94,1	388,4	248,1	34.960,7	17,0	294,1	148,7	358,8
1.000 — 2.000	125,6	104,5	81,1	404,2	404,3	35.432,9	60,0	1.000,0	235,9	319,5
2.000 — 5.000	209,5	113,1	158,0	256,9	1.178,2	34.602,5	0,0	0,0	274,9	236,6
5.000 — 10.000	414,3	93,8	80,0	250,0	2.945,0	35.777,8	0,0	0,0	575,0	67,0
10.000 e Mais	545,0	107,3	0,0	0,0	4.382,8	44.162,6	0,0	0,0	630,0	261,9
Classes de Valor da Produção										
Menos de 3.000	7,1	175,3	5,8	486,1	2,0	19.245,6	2,2	594,3	4,9	287,8
3.000 — 6.000	17,6	138,3	16,7	412,2	5,6	24.001,5	4,1	544,1	9,2	282,4
6.000 — 12.000	32,7	136,5	30,9	426,2	10,7	23.497,7	6,2	620,5	16,3	317,3
12.000 — 24.000	59,1	141,7	52,8	421,0	20,2	26.341,9	11,0	729,9	28,5	373,3
24.000 — 50.000	109,6	144,4	70,8	415,4	46,8	24.329,7	17,9	722,8	44,5	452,0
50.000 — 100.000	202,5	149,6	94,4	425,3	87,9	27.801,7	32,1	765,4	83,7	478,1
100.000 e Mais	339,3	183,2	80,6	816,3	438,1	38.206,9	84,7	1.066,3	206,3	490,5

FONTE: INCRA — Estatísticas Cadastrais/2.

mercado internacional é demasiadamente baixo para se continuar exportando. Enquanto crise de superprodução, no caso dos mercados externos, quando se focaliza o abastecimento interno visualiza-se uma situação totalmente oposta. As crises de abastecimento, quase sempre, representam a necessidade de se importar, do exterior ou de outras regiões do país, cereais ou outros produtos básicos para alimentação, quando a produção regional não é suficiente para atender a demanda.

As crises de abastecimento originam-se na fragilidade da agricultura de subsistência, praticada no âmbito dos minifúndios, que é incapaz de resistir à menor anormalidade climática. Acrescente-se a isso a ausência quase total de apoio institucional ao pequeno produtor, quer na forma de crédito, quer na forma de outros incentivos à produção.

Ainda assim, a superioridade da agricultura de subsistência sobre a lavoura comercial no que tange ao desempenho é um fato. Ainda que susceptível a crises, quando as condições naturais são propícias a produção cresce regularmente, sem necessidade de incentivos. Assim é que, enquanto a produção de subsistência cresceu a uma taxa anual de 4,6%, durante o período 1959/61 a 1971/73, para a produção de matérias-primas industriais essa taxa não excedeu a 2,7%.

Embora se observe que a produção de subsistência cresça mais rapidamente que a população regional, constatou-se que existe um "déficit" alimentar na Região, quando se compara a produção agropecuária equivalente em calorias e proteínas com a ingestão desses elementos, tomando uma amostra dos alimentos mais populares e mais ricos em nutrientes, que representam 88% da dieta alimentar da Região. Nota-se que este "déficit" como aqui é apresentado não significa carência alimentar, mas um saldo negativo resultante do balanço entre produção e consumo de alimentos sob a forma de calorias e proteínas equivalentes.

Para chegar aos resultados exibidos na tabela 10 foi preciso estabelecer algumas hipóteses com relação aos alimentos em questão, tais como: a) inexistência de importações e exportações entre a Região e o resto do País e entre a Região e o exterior; b) não existe variação de estoques no período considerado; c) não foi deduzida da produção a parcela relativa à utilização de sementes; d) a produção não inclui a parte que foi retida na propriedade para o autoconsumo da população rural.

Apesar das limitações, pode-se deduzir que as suposições não invalidam de todo os resultados do exercício, ainda que algumas delas pareçam bastante fortes. Com relação à primeira, o que foge à regra é o açúcar, cujo objetivo principal da produção é o mercado externo. Para evitar um viés maior, foi excluído o produto no resultado geral. Os produtos que apresentam "déficit" de produção têm, obrigatoriamente, que serem importados em parte. Isto, porém, não reflete nenhum efeito negativo sobre os resultados. Por último, cabe advertir sobre uma possível

subestimação da produção e, conseqüentemente, superestimação do "déficit", em vista da não inclusão do auto-consumo. Sabe-se que, no consumo da população rural, tem uma importância muito grande a parcela da produção própria que é retida para essa finalidade (15).

Apesar de os dados do ENDEF/FIBGE se referirem ao consumo de 1974/75, preferiu-se comparar com os dados de produção de 1973, por ser o último ano de safra normal, cujas estatísticas estão disponíveis. Com relação a alguns produtos de origem animal, as estatísticas oficiais são bastante falhas, razão pela qual foram utilizados em alguns casos dados de 1971.

Por intermédio da tabela 10 é possível identificar um "déficit" per capita diário de 2,5 gramas de proteínas nos alimentos selecionados de origem vegetal e de 6 gramas nos de origem animal. Com relação à oferta de alimentos calóricos, nota-se que a influência da produção de açúcar para exportação, que não foi suprimida, depura um pouco os resultados. Porém, excluindo o produto do cômputo geral, mesmo assim, ainda se verifica um "superávit" de calorias per capita nos alimentos de origem vegetal. Mas, no caso dos originários do reino animal, a existência de "déficit" é comum para todos os alimentos focalizados, gerando um "déficit" total de 81 unidades calóricas neste grupo.

Estes resultados sugerem que a produção agrícola deve ser reforçada e dirigida para os cereais — arroz, trigo e feijão — que são aqueles de origem vegetal capazes de gerar maiores níveis de proteínas e são os que apresentam "déficits" de produção notáveis. Também pelo fato de os alimentos de origem animal serem relativamente mais caros que os de origem vegetal, a proporção de proteínas originárias destes, ingeridas pela população nordestina, é de aproximadamente 64% do total. Daí a necessidade de uma reorientação da produção agrícola, tendo em vista a ampliação das terras dedicadas aos cultivos de alimentos básicos.

Do ponto de vista da pecuária, o quadro apresentado pelas deficiências calóricas e protéicas não é dos mais alentadores. Existem "déficits" gerais de produção para todos os alimentos do grupo alimentar, sendo porém mais relevantes os relativos a carnes e pescado. Isto é particularmente grave, tendo em vista que os baixos níveis de renda da população já impedem que o seu consumo seja mais diversificado com carnes e, mesmo considerando os atuais níveis de consumo, a produção regional é insuficiente para atender a demanda de alimentos protéicos.

Neste aspecto, vale questionar a validade da política creditícia para o setor agropecuário empreendida pelos bancos oficiais da Região, que têm contemplado a pecuária com uma substancial prioridade. Conforme as estatísticas do Banco Central, verificou-se que estes recursos foram da ordem de Cr\$ 31 bilhões, a preços

(15) Ver, por exemplo, dados do ENDEF/FIBGE, Consumo Alimentar — Região Nordeste.

TABELA 10
NORDESTE: BALANÇO ENTRE PRODUÇÃO E CONSUMO DE CALORIAS E PROTEÍNAS
PÓR COMENSAL/DIA SEGUNDO OS ALIMENTOS

Alimentos	Produção		Consumo		Balanço	
	Calorias (Unid.)	Proteínas (g)	Calorias (Unid.)	Proteínas (g)	Calorias (Unid.)	Proteínas (g)
<u>De Origem Vegetal (1)</u>	<u>1.769,60</u>	<u>32,63</u>	<u>1.302,25</u>	<u>35,17</u>	<u>467,35</u>	<u>-2,54</u>
Arroz	251,28	4,97	241,92	5,12	9,36	-0,15
Milho	106,07	2,81	108,07	2,81	-2,00	0,00
Trigo	—	—	167,94	5,27	-167,94	-5,27
Batata Doce	32,68	0,37	26,97	0,35	5,71	0,02
Batata Inglesa	1,25	0,03	2,20	0,05	-0,95	-0,02
Farinha de Mandioca	924,35	4,44	453,85	2,11	470,50	2,33
Açúcar Cristal e Refinado	11.746,11	—	180,25	—	11.565,86	—
Feijão	256,50	16,74	280,48	19,09	-23,98	-2,35
Tomate	3,87	0,15	1,44	0,05	2,43	0,10
Cebola	1,31	0,05	0,90	0,03	0,41	0,02
Banana	185,33	2,94	14,38	0,21	170,95	2,73
Laranja e Limão	6,96	0,13	4,10	0,08	2,86	0,05
<u>De Origem Animal</u>	<u>130,40</u>	<u>12,95</u>	<u>212,25</u>	<u>18,92</u>	<u>-81,85</u>	<u>-5,97</u>
Carne Bovina	51,26	6,09	74,17	7,46	-22,91	-1,37
Carne Suína	17,65	0,51	45,50	1,69	-27,85	-1,18
Frango e Galinha	5,08	1,19	12,91	2,23	-7,83	-1,04
Pescado	13,64	2,94	22,05	4,36	-8,41	-1,42
Ovos	4,10	0,32	9,98	0,79	-5,88	-0,47
Leite	38,67	1,90	47,64	2,39	-8,97	-0,49

FONTE: F. IBGE — Estudo Nacional da Despesa Familiar.

ETENE — Estimativas.

NOTA: (1) Exclusive Açúcar.

correntes, durante o período 1968/76, representando cerca de 45% do total do crédito concedido ao setor primário. Acredita-se, portanto, que se estes recursos não fossem desviados do setor, os retornos atualmente existentes seriam de uma magnitude muito maior, refletidos em acréscimos de produção.

CONCLUSÕES

O modelo primário-exportador que se consolidou no Nordeste tem sido responsável pelo agravamento das disparidades interregionais de renda, se se consideram as drenagens de recursos da Região para o resto do País, através do comércio triangular. O acúmulo de divisas obtidas no mercado mundial vem financiando o saldo da balança comercial do Sudeste com o resto do Mundo, há vários anos deficitária. Em contraste, o Nordeste vem, através do comércio por vias internas, importando cada vez mais daquela Região, produtos intermediários e bens de capital, por preços superiores aos do comércio internacional, por força de uma política nacional de proteção à indústria.

Por outro lado, a política nacional de incentivo à exportação parece ter agravado as desigualdades de renda já existentes no âmbito da agricultura regional, cujas relações de trabalho e estrutura de posse da terra, bastante defeituosas, tendem a se consolidarem ainda mais.

Por força desta mesma política, o abastecimento interno tem sofrido crises de escassez dos principais produtos de alimentação básica que, em última instância, se refletem em altas de preços para o consumidor, não ocorrendo, na maioria dos casos, benefício para o produtor que, em geral, permanece à margem do sistema de formação de preços. Os ganhos relativos a essa margem são apropriados pelos intermediários no processo de comercialização ou são transferidos para fora da Região, no caso do suprimento do "déficit" ser feito através da importação.

A agricultura de exportação favorece também a elevação dos preços da terra, através da aplicação em investimentos imobiliários dos ganhos advindos dos períodos de "peak" dos preços externos. A própria expansão da lavoura de exportação demanda maiores áreas que podem estar ocupadas com cultivos de produtos básicos para alimentação. O processo de expansão da lavoura comercial acaba engendrando uma escassez também no mercado de terra e favorecendo a realimentação do processo inflacionário já em expansão.

Em síntese, pode-se concluir que os estímulos oferecidos pela política nacional de exportação numa Área como o Nordeste, que desde épocas distantes se consolidou como exportadora de matérias-primas agrícolas, têm favorecido menos a

própria Região do que o resto do País, através dos mecanismos descritos em parágrafos anteriores. As evidências são bastante claras, no decorrer do estudo, e indicam a necessidade de uma reorientação da produção agrícola, com vistas a uma maior restrição ao uso indiscriminado da terra para fins que não estejam vinculados aos objetivos do desenvolvimento da Região.

ABSTRACT: This study concerns the export agriculture established in Northeast Brazil since the colonial times in spite of the institutional efforts to redirect the regional foreign trade. It presents a summary view of this region trade with the rest of the world, pointing out its favorable performance through the last decade and till the mid of the present one. Next, there are some considerations on the agricultural model which has been consolidated in Northeast Brazil, as a consequence of the specialization in raw-materials trade. The article shows, in confront with the "subsistence" (basis food) agriculture, that the export agriculture has not grow at the same rate, in spite of government incentives provided for several decades. Besides this, it has not modernized sufficiently as to eliminate existing distortions in the landownership structure, but, on the contrary, it has consolidated and improved the mechanisms of income and power concentration. These mechanisms interfere in production relations, eliminating sharecropping (accountable, in large part, for the home market supply) and spreading out wage-labor contracts. Moreover, labor absorption all over the year tends to be less intensive in export crops. So, from the emphasis on export agriculture comes out the shortage of home supply and raising prices of basic food products which is brought about by scarcity crises so frequent in the Region. The article, finally, shows that the specialization in agricultural raw-materials trade has enabled the accumulation of foreign currency from which the rest of the country has benefited much more than Northeast Brazil itself. This fact alone justifies a reswitching of the farm sector production, taking into accounting the market it must supply.